PROCESSO TC nº 19.515/20

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande, **Sr. Antonio Hermano de Oliveira**, concedendo Pensão por morte do servidor ***Sr. José Ivys Gonçalves de Lima***, matrícula nº 12333, Professor de Educação Básica III, lotado na Secretaria Municipal da Educação, tendo como beneficiária a **Sra. Luciene Felipe de Lima**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Luciene Felipe de Lima.**

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

Processo TC nº **19.515/20**
Objeto: Pensão
Beneficiária: **Luciene Felipe de Lima**
Servidor (a): ***José Ivys Gonçalves de Lima***
Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande**
Gestor Responsável: **Antonio Hermano de Oliveira**
Procurador/Patrono: **Não há**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0337/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 19.515/20**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor ***Sr. José Ivys Gonçalves de Lima***, matrícula nº 12333, Professor de Educação Básica III, lotado na Secretaria Municipal da Educação, tendo como beneficiária a **Sra. Luciene Felipe de Lima**, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria – P Nº 0048/2020], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 03 de março de 2022.

Assinado 4 de Março de 2022 às 09:10



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 4 de Março de 2022 às 11:31



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO